


**O QUE É VEGANISMO? RESISTÊNCIA SOCIOCULTURAL AO ESPECISMO
ESTRUTURAL E RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL**

**WHAT IS VEGANISM? SOCIOCULTURAL RESISTANCE TO STRUCTURAL
SPECIESISM AND SPATIAL RECONFIGURATION**

**¿QUÉ ES EL VEGANISMO? RESISTENCIA SOCIOCULTURAL AL ESPECISMO
ESTRUTURAL Y A LA RECONFIGURACIÓN ESPACIAL**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-183>

Data de submissão: 16/08/2025

Data de publicação: 16/09/2025

Annibal Gouvêa Franco

Mestre em Design

Instituição: Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

E-mail: francoartedesign@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-9134-300X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1388138609353813>

RESUMO

O veganismo é um movimento sociocultural-identitário, ético-político e espacial que enfrenta o especismo estrutural e as continuidades coloniais do Plantationoceno. Ser vegano vai além de renunciar ao que se come ou se veste; trata-se de uma escolha coerente e consciente sobre como se vive e com quem se escolhe compartilhar o mundo. A compreensão desse fenômeno se dá por meio de uma abordagem antropológica de caráter teórico-conceitual, na qual se examinam três planos de espacialização: práticas cotidianas que reorganizam o espaço vivido e os circuitos de consumo; ações intencionais, como ocupações e ativismos, que instituem zonas de contestação; e territorialidades digitais que disputam narrativas e reconfiguram o espaço simbólico. A articulação desses planos produz lugares veganos, não-lugares de exploração animal, heterotopias de Foucault e Zonas Autônomas Temporárias de Bey, conectados por contracartografias que revelam periferias humanas e espaços de exploração animal. A síntese das teorias espaciais de Harvey e Lefebvre demonstra que tais zonas reterritorializam fluxos de alimentos, trabalho e afetos, ampliando a justiça socioambiental e interespecies. Propõem-se quatro eixos éticos: justiça para seres sencientes; recusa da exploração animal; reconhecimento da interdependência ecológica; e moralização do consumo e do hábitos. Conclui-se que o veganismo atua como força cultural transformadora, reorganizando dinâmicas socioculturais e espaciais e inspirando novas investigações etnográficas sobre os impactos dos diferentes planos de espacialização na economia e na sociabilidade locais.

Palavras-chave: Antropologia do Espaço. Especismo Estrutural. Plantationoceno. Produção do Espaço. Veganismo.

ABSTRACT

Veganism is a sociocultural-identity, ethical-political, and spatial movement that confronts structural speciesism and the colonial continuities of the Plantationocene. Being vegan goes beyond renouncing what one eats or wears; it is a coherent and conscious choice about how one lives and with whom one chooses to share the world. This phenomenon is understood through a theoretical-conceptual anthropological approach, which examines three planes of spatialization: everyday practices that reorganize lived space and consumption circuits; intentional actions, such as occupations and activism,

that establish zones of contestation; and digital territorialities that dispute narratives and reconfigure symbolic space. The articulation of these planes produces vegan places, non-places of animal exploitation, Foucault's heterotopias, and Bey's Temporary Autonomous Zones, connected by counter-cartographies that reveal human peripheries and spaces of animal exploitation. The synthesis of Harvey and Lefebvre's spatial theories demonstrates that such zones reterritorialize flows of food, labor, and affection, expanding socio-environmental and interspecies justice. Four ethical axes are proposed: justice for sentient beings; rejection of animal exploitation; recognition of ecological interdependence; and moralization of consumption and habitus. The conclusion is that veganism acts as a transformative cultural force, reorganizing sociocultural and spatial dynamics and inspiring new ethnographic investigations into the impacts of different spatialization plans on the local economy and sociability.

Keywords: Anthropology of Space. Structural Speciesism. Plantationocene. Production of Space. Veganism.

RESUMEN

El veganismo es un movimiento sociocultural, identitario, ético-político y espacial que confronta el especismo estructural y las continuidades coloniales del Plantationoceno. Ser vegano va más allá de renunciar a lo que se come o se viste; es una elección coherente y consciente sobre cómo se vive y con quién se comparte el mundo. Este fenómeno se comprende a través de un enfoque antropológico teórico-conceptual, que examina tres planos de espacialización: las prácticas cotidianas que reorganizan el espacio vivido y los circuitos de consumo; las acciones intencionales, como las ocupaciones y el activismo, que establecen zonas de disputa; y las territorialidades digitales que disputan narrativas y reconfiguran el espacio simbólico. La articulación de estos planos produce lugares veganos, no-lugares de explotación animal, las heterotopías de Foucault y las Zonas Autónomas Temporales de Bey, conectadas por contracartografías que revelan las periferias humanas y los espacios de explotación animal. La síntesis de las teorías espaciales de Harvey y Lefebvre demuestra que dichas zonas reterritorializan los flujos de alimentos, trabajo y afecto, expandiendo la justicia socioambiental e interespecies. Se proponen cuatro ejes éticos: justicia para los seres sintientes; rechazo a la explotación animal; reconocimiento de la interdependencia ecológica; y moralización del consumo y el hábito. La conclusión es que el veganismo actúa como una fuerza cultural transformadora, reorganizando las dinámicas socioculturales y espaciales e inspirando nuevas investigaciones etnográficas sobre los impactos de diferentes planes de espacialización en la economía y la sociabilidad locales.

Palabras clave: Antropología del Espacio. Especismo Estructural. Plantacionoceno. Producción del Espacio. Veganismo.

1 INTRODUÇÃO

O veganismo, enquanto movimento ético, filosófico e cultural, transcende a prática alimentar, estabelecendo-se como uma forma de resistência às lógicas dominantes de consumo e exploração animal. O veganismo foi formalmente definido em 1949 por Leslie J. Cross como “o princípio da emancipação dos animais da exploração humana” (The Vegan Society, 2025a, online), não se limitando a uma mudança na alimentação e nos hábitos de consumo, mas representando também um reposicionamento ético no tratamento dos animais e do meio ambiente, propondo uma transformação nas relações sociais e culturais existentes.

Como Certeau (1994) observa, as práticas cotidianas frequentemente funcionam como formas de resistência silenciosa contra as estratégias de controle e consumo impostas pela sociedade dominante. No contexto do veganismo, as escolhas alimentares e as práticas alternativas de consumo podem ser vistas como táticas de resistência que reconfiguram as relações sociais e culturais. Essas práticas, como os mercados veganos, restaurantes e eventos, representam espaços de contra-hegemonia, subvertendo a lógica do consumo massivo e da exploração animal, ao mesmo tempo em que oferecem alternativas culturais e sociais que desafiam as normas estabelecidas.

O objetivo deste artigo é apresentar, por meio de uma abordagem teórico-conceitual, uma análise do veganismo, enfatizando a definição e a ampliação desse conceito, bem como a interação dos veganos com os espaços físicos e simbólicos que ocupam. Este estudo também procura identificar a contribuição singular do veganismo como movimento transformador e seus impactos culturais, sociais, ecológicos e espaciais.

Por meio de uma abordagem antropológica, este artigo explora o veganismo como um fenômeno cultural e social que desafia as normas hegemônicas de consumo e exploração animal. Este artigo demonstra que o veganismo opera como movimento de resistência espacial e cultural, reconfigurando práticas e sociabilidades.

Com o apoio teórico de Augé (1994), que define “não-lugares” como espaços sem identidade simbólica e desvinculados da experiência humana plena, o artigo aplica esse conceito ao contexto da exploração animal, destacando a invisibilidade desses espaços na sociedade. Assim, propõe-se uma reflexão ética sobre como esses locais de exploração animal, como matadouros, granjas, fábricas de produtos de origem animal e laboratórios que realizam testes em animais, permanecem ocultos aos olhos da maioria da população, sendo socialmente desvalorizados.

Embora Augé (1994) descreva os “não-lugares” como espaços neutros, desprovidos de significado e permanência, utiliza-se neste artigo esse conceito para evidenciar que determinados espaços de exploração animal, como matadouros, granjas, fábricas e laboratórios, carecem de

visibilidade e reconhecimento ético na sociedade. Esses locais são ignorados pela consciência pública e desprovidos de significado social; ao trazer à tona essa invisibilidade, o movimento vegano questiona a (i)moralidade da exploração animal que tais espaços sustentam.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada é de caráter teórico, sustentada pela análise crítica da literatura sobre veganismo, antropologia cultural e teoria dos espaços. À luz de Augé (1994), este artigo apoia-se nas contribuições de autores como Bey (2003), Haesbaert (2023), Harvey (2015), Holmes (2008), Foucault (2013), Lefebvre (2000), Vargas (2021) e Whitridge (2004), cujas reflexões sobre a produção do espaço e resistência cultural permitem compreender como as zonas veganas se configuram como territórios de resistência e contra-hegemonia, promovendo novas formas de sociabilidade e reterritorialização.

O debate apoia-se em uma bibliografia que combina obras clássicas das ciências sociais, da antropologia à geografia crítica, e estudos contemporâneos indexados em bases como Scopus, SciELO e Google Scholar. Assim, o objetivo deste artigo não é apenas definir e ampliar o conceito de veganismo, mas também examinar como esse movimento se manifesta em espaços urbanos, onde veganos reivindicam e reconfiguram territórios sociais e culturais. Com essa análise, procura-se compreender de que maneira o veganismo propõe uma nova ordem ética e social, desafia o modelo hegemônico especista dominante e cria possibilidades para uma convivência mais justa, sustentável e respeitosa com todos os seres vivos.

2.1 O VEGANISMO

O conceito de veganismo, já abarcando preocupações para além dos hábitos alimentares e de consumo, foi formalmente revisto pela The Vegan Society quando esta se reestruturou como entidade beneficente (charity) e empresa limitada, em 1979 (De Boo; House; Calvert, 2014). O *Memorandum and Articles of Association*, disponível no site da entidade (The Vegan Society, 2025b), define o veganismo nos seguintes termos:

Uma filosofia e um modo de viver que busca excluir, na medida do possível e do praticável, todas as formas de exploração e crueldade contra os animais para alimentação, vestuário ou qualquer outro propósito; e, por extensão, promove o desenvolvimento e o uso de alternativas livres de produtos animais para o benefício dos seres humanos, dos animais e do meio ambiente. (The Vegan Society, 1979 *apud* De Boo; House; Calvert, 2014, p. 6)

Entretanto, o site oficial da The Vegan Society preserva essa redação e acrescenta um adendo mais recente: “No contexto dietético, denota a prática de eliminar todos os produtos derivados total ou parcialmente de animais” (The Vegan Society, 2025a, online)

Embora a definição inicial da The Vegan Society de 1979 e sua versão mais recente sejam fundamentais para compreender o movimento vegano, este trabalho expande o olhar para as dimensões socioculturais, espaciais e políticas. Assim, o veganismo contemporâneo vai além de meras escolhas nutricionais e econômicas: configura hábitos pessoais, discursos e práticas coletivas, fomenta iniciativas políticas e incorpora preocupações ecológicas, revelando como se dão as inter-relações entre seres humanos, animais e meio ambiente.

Com base na abordagem de Franco e Batista (2025), propõe-se uma definição ampliada de veganismo que, sob uma perspectiva antropológica e filosófica, incorpora elementos de cultura e identidade, conforme se expõe a seguir.

O veganismo configura-se como um movimento sociocultural e identitário que transcende a esfera da alimentação e do consumo, instituindo-se como um modo de vida que desafia as lógicas dominantes do especismo e da exploração. Enquanto forma de resistência cultural, propõe a reconfiguração das estruturas hegemônicas de dominação sobre humanos e não-humanos, desestabilizando paradigmas normativos sobre a relação entre cultura, natureza e vida. Trata-se de uma recusa ética que ultrapassa o não consumo de produtos de origem animal, estendendo-se à rejeição da utilização de animais em quaisquer práticas que impliquem sofrimento ou objetificação. Ancorado na moralização do consumo, em um contexto em que os animais são sistematicamente reduzidos à condição de mercadorias, o veganismo articula valores ambientais, morais e de justiça social, reconfigurando sistemas de produção e instaurando novas fronteiras culturais. Ao reformular normas simbólicas e dinâmicas de pertencimento, constitui-se como um sistema de significados que propõe uma transformação nas relações sociais e culturais, fundamentada em uma cosmologia orientada pelo respeito à vida e pela busca de modelos de convivência mais éticos e sustentáveis. (Franco e Batista, 2025)

Para compreender o especismo, Ryder (2010) o define como preconceito baseado exclusivamente na espécie, resultando em tratamento moral desigual entre humanos e outros animais. O autor ilustra isso com o exemplo hipotético do “último neandertal”, cuja captura poderia resultar em reconhecimento como sujeito de direitos ou em sua redução a objeto de experimentação, evidenciando como o critério biológico legitima tal violência.

Conforme definido por Horta e Albersmeier (2020), o especismo consiste na consideração ou tratamento comparativamente pior e injustificado de indivíduos por serem classificados como não

pertencentes a uma determinada espécie, independentemente do contexto econômico, cultural ou histórico. Com isso, essa perspectiva amplia o escopo do debate para além das críticas ao capitalismo, deslocando o foco ético para a justificação moral, e não apenas para o sistema socioeconômico.

Complementando essa reflexão, Joy (2019) aprofunda a crítica com o conceito de *powerarchy*, no qual a supremacia humana serve de modelo psicológico e institucional reproduzido em racismos, sexismos e outras opressões. Nibert (2013) revisita historicamente a domesticação animal, que chama de *domesecration*, demonstrando como esse processo instaurou a lógica hierárquica depois aplicada entre grupos humanos. Desmontar o especismo, portanto, enfraquece a matriz que sustenta múltiplas discriminações, beneficiando tanto os animais não-humanos quanto as próprias sociedades humanas.

Para uma compreensão mais precisa, cabe frisar que, embora o veganismo seja por vezes entendido como interseccional, de forma horizontal em relação às diversas pautas sociais humanas, por tradição, e em consonância com sua lógica ética e filosófica radical, seu foco central recai principalmente sobre os seres sencientes não-humanos, cuja condição de escravidão, sofrimento e morte foi e permanece totalmente invisibilizada e culturalmente naturalizada.

De acordo com a Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA, 2015), não faz sentido condicionar a adoção do veganismo à priorização de pautas políticas humanas, uma vez que sua base teórica reside no combate ao especismo e na abolição da escravidão animal para alcançar a libertação plena dos não-humanos. Embora não negue o valor de alianças táticas com outras causas, a ANDA (2015) rejeita a tentativa de articular o veganismo de forma horizontal ou mesmo interdependente das agendas humanas, pois isso dilui sua centralidade ética e abre espaço para relativizações e, para o surgimento de “veganos interseccionais pós-modernos” (neo-veganos), cujas práticas, orientadas pelo antropocentrismo, se mostram incompatíveis com a filosofia abolicionista tradicional. Conforme a ANDA (2015):

O fim da escravidão contra os negros não libertou as mulheres do patriarcado, a conquista de direitos pelas mulheres não derrubou o sistema capitalista e não porque esses movimentos fossem elitistas ou não se importassem com os demais, mas porque a condição de suas vítimas era tão urgente que não fazia sentido esperar que o mundo fosse um lugar mais justo para que elas parassem de sofrer. (ANDA, 2015, online)

Assim, embora o veganismo tradicional possua uma ética autônoma, ele não se opõe às lutas humanas por justiça e emancipação; ao recusar o antropocentrismo especista, pode formar alianças sempre que não houver conflito com seus princípios, preservando sua coerência filosófica. Mesmo sem se fundir a outras pautas, o movimento contribui indiretamente para elas ao combater o especismo, raiz de diversas formas de discriminação. Essa perspectiva não nega as agendas

interseccionais, mas afirma que a ética vegana só dialoga horizontalmente com outras lutas sociais quando mantém sua centralidade na recusa à exploração animal, sem ser instrumentalizada ou subordinada por agendas humanas.

A senciência, entendida como a capacidade de sofrer e de experimentar bem-estar, define o horizonte moral do veganismo, dispensando critérios excludentes como inteligência ou valor econômico. Singer (2015) argumenta que todo ser dotado dessa experiência merece igual consideração, rejeitando práticas que subordinam vidas não-humanas à conveniência humana. Assim, a moralização do consumo torna-se princípio de justiça interespécies, desestabilizando hierarquias que historicamente legitimaram a exploração animal.

O critério combinado da senciência e da intencionalidade evita a falsa equivalência entre as mortes involuntárias de animais silvestres na agricultura e o sofrimento intencional e sistemático imposto a animais criados para consumo. Ao analisar o *crop-death argument* (Matheny, 2003), fica demonstrado que dietas vegetais causam menos dano global aos seres sencientes do que qualquer modelo pecuário, inclusive os extensivos. Embora reduzir mortes acidentais na agricultura permaneça desejável, isso não elimina a responsabilidade ética pelas práticas pecuárias industriais, marcadas por sofrimento constante e proposital.

Nesse horizonte ético, destaca-se o conceito de *Ahimsa*, oriundo da tradição indiana, que sintetiza a recusa consciente da violência e impulsiona mudanças de hábito à medida que se reconhece a senciência dos animais de fazenda. Segundo Mace e McCulloch (2020), a incorporação desse princípio à vida cotidiana fortalece uma ética de não exploração animal e favorece a adoção de escolhas alinhadas ao veganismo, promovendo condutas mais coerentes com valores éticos e morais voltados ao respeito e à proteção da vida animal.

Por outro lado, Mace e McCulloch (2020) apontam que a aplicação de *Ahimsa* muitas vezes é incoerente, mesmo entre grupos que se dizem comprometidos com o princípio. Muitos professores de yoga limitam a não violência ao autocuidado ou à esfera antropocêntrica, ignorando os animais sencientes de fazenda e perpetuando práticas especistas. Tal postura, segundo os autores, evidencia a contradição entre discurso e prática e os desafios para consolidar *Ahimsa* como fundamento ético efetivo.

Nesse contexto, Spencer (2016) observa que a flexibilidade dietética que levou os humanos do herbivorismo ao onivorismo foi crucial para a expansão da espécie, mas ressalta que, atualmente, é possível prosperar sem carne. Por isso, cresce a adoção de dietas vegetarianas e veganas movida por motivações éticas, ambientais e de saúde. Franco e Batista (2024) corroboram esse quadro ao demonstrar que sistemas alimentares sem insumos animais consomem menos recursos e geram menos

resíduos que os modelos especistas, tornando o veganismo uma estratégia eficaz para reduzir a pegada de carbono individual, promover justiça social e favorecer um estilo de vida mais sustentável e saudável.

Na contemporaneidade, após séculos de exploração dos animais e da natureza por seres humanos, o movimento vegano se fortalece com base em uma ética antiespecista que valoriza o respeito e a comunhão entre as espécies. Nesse contexto, a releitura dos conceitos de “cru” e “cozido”, de Lévi-Strauss (1964), retomada por Franco e Batista (2025), é fundamental para repensar as relações humanas com o mundo natural. Para Lévi-Strauss, essas categorias vão além do âmbito alimentar e expressam oposições simbólicas que estruturam mitos e práticas culturais, articulando em especial a distinção entre “natureza” e “cultura”.

Aproveitando os recursos da tecnologia contemporânea, utilizou-se o modelo GPT-4 da OpenAI (2025) para, com base na definição de Franco e Batista (2025), gerar a imagem (Figura 1). O resultado contrapõe pares conceituais, como “cru” e “cozido”, veganismo versus “não-veganismo”, sustentabilidade versus “não-sustentabilidade”, natureza versus indústria e vida versus morte, retomando, assim, a lógica das oposições binárias que Lévi-Strauss (1964) emprega na análise estrutural das sociedades não ocidentais. Além disso, a imagem gerada com o modelo GPT-4 (OpenAI, 2025), a partir das instruções do autor, representa a hipótese de que a persistência de um arranjo social ancorado em conceitos contrários ao veganismo tende a produzir um horizonte apocalíptico, associado ao agravamento da devastação ambiental e da violência contra animais.

Figura 1 – Contraste do veganismo e do “não-veganismo”.



Fonte: Elaboração do autor por meio do GPT-4, ferramenta da OpenAI (2025).

Franco e Batista (2025) ressignificam a oposição entre “cru” e “cozido” ao inserir o veganismo no debate: ao rejeitar a dominação exploratória do ambiente ao seu redor, o movimento restaura o estado do “cru”, recusando o controle abusivo sobre animais e natureza. Essa “volta ao cru” não representa um retorno ao primitivismo, mas sim o surgimento de um novo “cru”, oriundo de uma moralização ética e filosófica, alicerçado no respeito à vida, na recusa do especismo e na busca por convivência pacífica entre espécies. Assim, ao deslocar o sentido tradicional de “cru” para um horizonte de consciência e escolha, o veganismo propõe um modelo de relação interespecies baseado

em princípios éticos renovados, sinalizando não um regresso à natureza bruta, mas a inauguração de um paradigma em que o respeito e a não violência se estabelecem como princípios centrais das práticas sociais e culturais.

À luz de Weber (2004), os preceitos éticos orientam condutas de vida, instituindo rotinas, disciplina e critérios de legitimidade que reconfiguram práticas cotidianas e econômicas. Nessa perspectiva, aplicada ao veganismo, uma ética antiespecista opera como orientação de vida que racionaliza escolhas e hábitos, como tornar-se vegano, convertendo convicções morais em práticas metódicas socialmente reconhecíveis. Não assentado em religião, o veganismo se ancora em preceitos éticos antiespecistas que, mediante sua expansão, podem efetivamente subsidiar a construção de formas de convivência menos atravessadas por discriminações.

Considerando as reflexões sobre especismo e ética interespecies, é oportuno retomar as contribuições clássicas de Hobbes (1974), que defende que, para evitar o caos e a violência inerentes ao estado natural humano, os indivíduos devem ceder parte de sua liberdade a um poder soberano responsável por garantir ordem e segurança. Em contraste, Rousseau (1999) apresenta uma visão mais otimista da natureza humana, argumentando que a corrupção deriva da inadequação das formas de organização social. Rousseau (1999) propõe, assim, um contrato coletivo baseado no consenso, com leis estabelecidas visando o bem comum. Para Rousseau (1999), o poder legítimo emana do povo, sendo a liberdade viável somente quando as regras são formuladas por e para todos.

Contudo, essa perspectiva permanece fundamentalmente antropocêntrica, pois pressupõe a exclusão dos animais não-humanos dos processos normativos humanos. Nesse sentido, retomando a provocação de Ryder (2010), até mesmo um “último neandertal” capturado, apesar de sua humanidade, poderia ser mais prontamente tratado como objeto de experimentação do que reconhecido como sujeito de direitos. Dessa forma, os animais continuam frequentemente privados de reconhecimento ético-jurídico enquanto possíveis sujeitos de direito.

Tendo em vista que o especismo, compreendido enquanto fenômeno estrutural, se manifesta desde os primórdios da humanidade, evidenciado não apenas pelos conflitos entre animais humanos e outros animais, mas também por aqueles travados com seus semelhantes quase-humanos, como o supracitado neandertal, é importante salientar que determinadas conjunturas históricas, em especial o período que compreende o chamado “Plantationoceno” e o “Negroceno”, conforme apresentado por Ferdinand (2022), constituíram terreno especialmente propício para o enraizamento e a consolidação de múltiplas formas de discriminação e preconceito, permitindo-nos perceber, sob uma perspectiva ampliada, a complexidade e a persistência dessas dinâmicas de exclusão.

2.2 O VEGANO E O PLANTATIONOCENO

A relação entre colonialismo, injustiça social e problemas ambientais é analisada por Ferdinand (2022), que apresenta um olhar crítico sobre a forma como o ambientalismo tradicional tem abordado essas questões e propõe uma compreensão mais profunda das raízes históricas que conectam a opressão social à degradação ambiental. O autor introduz os conceitos de “Plantationoceno” e “Negroceno” para descrever as experiências dos colonizados em relação à terra e à natureza. A obra propõe denunciar a fratura artificialmente construída entre “humanos” e “meio ambiente”, enfatizando que as lutas por justiça social e ambiental estão interligadas e devem ser abordadas de maneira integrada.

O Plantationoceno apresentado por Ferdinand (2022) é um conceito que aborda a configuração das plantações, resultantes do colonialismo, como uma era histórica que influenciou profundamente as relações entre humanos e natureza. Esse termo une as práticas agrícolas de monocultura, estabelecidas nas colônias, com a exploração do trabalho escravo, enfatizando como esses sistemas não apenas geraram riqueza para as metrópoles, mas também causaram severos danos ecológicos e sociais.

No Plantationoceno, as plantações são vistas como extensões da lógica colonial, onde a terra é tratada como um recurso a ser explorado, enquanto os povos locais, frequentemente forçados à escravidão ou à exploração, são desumanizados. Essa estrutura agrária não apenas promoveu a destruição de ecossistemas, mas também perpetuou desigualdades sociais e raciais que perduram até os dias atuais.

Por outro lado, o Negroceno, conceito cunhado por Ferdinand (2022), descreve uma era moldada pelas lutas e experiências afrodiáspóricas sob a lógica colonial-escravista. O termo traz à tona narrativas e realidades negras, frequentemente silenciadas nos debates sobre mudanças climáticas e crises ecológicas, e reivindica que as vozes e saberes desses povos, historicamente marginalizados, sejam centrais na construção de uma ecologia mais justa e inclusiva.

Por meio de uma analogia inspirada em Ferdinand (2022), percebe-se que, no Negroceno, negros e indígenas eram silenciados, submetidos à dominação e tratados como mercadoria. Hoje, os animais não-humanos permanecem sob a lógica de “coisificação”, frequentemente tratados como propriedade e, particularmente nos sistemas agroindustriais, como recurso produtivo e alimento.

Alguns grupos gozam de proteção limitada: animais silvestres, enquanto não colidem com interesses humanos, e animais de estimação, criados para fornecer companhia. Já os animais de tração nascem destinados ao trabalho forçado, presos a uma vida de serviço sem qualquer direito trabalhista. Os chamados “animais de consumo”, como gado, porcos, aves e peixes, são reduzidos a recursos

industrializados. A “coisificação” legitima a exploração, invisibiliza o sofrimento e naturaliza a violência sistemática em nome do consumo e da produtividade.

Adams (2018) analisa a intersecção entre o consumo de carne e questões culturais de cunho sexual, como o fetichismo, enfatizando como as escolhas alimentares estão ligadas à objetificação dos animais. A autora argumenta que a forma como consumimos carne não é apenas um ato alimentar, mas também uma prática social que revela dinâmicas de poder e desejo. Essa reflexão abre espaço para discutir a maneira como o fetichismo se manifesta nas relações entre humanos e não-humanos, propondo uma crítica ao consumo que vai além da alimentação, envolvendo profundas questões éticas e sociais.

Retomando a equivalência proposta no discurso de Ferdinand (2022), por meio da ação humana, os recursos naturais e os habitats são frequentemente explorados sem consideração pelas comunidades dos outros humanos, ou mesmo quaisquer animais ou seres vivos que os habitem. Tanto as lutas dos povos afrodescendentes e indígenas por reconhecimento e justiça social, quanto os direitos dos animais menospreciados, revelam um padrão mais amplo de exclusão e exploração em sistemas sociais e ecológicos.

Esta analogia, analisada sob a ótica do veganismo, destaca a necessidade de uma abordagem mais inclusiva, que reconheça e valorize todas as vozes, sejam de animais humanos ou não-humanos, na luta por uma justiça social e ecológica. Dessa forma, infelizmente, é possível concluir que tanto humanos quanto animais explorados enfrentam uma invisibilidade social que resulta em abuso e descaso. Ao evidenciar o silenciamento e a marginalização sistemática desses sujeitos, essa constatação revela o imperativo de construir novas formas de representação e de disputa simbólica, como iniciativas de mobilização social, ativismo, produção de narrativas alternativas e criação de redes de apoio e visibilização, concebidas como estratégias voltadas à emergência de novos espaços de reconhecimento, contestação e transformação social.

2.3 CONTRACARTOGRAFIAS SIMBÓLICAS DA RESISTÊNCIA VEGANA

Diante desse cenário, o conceito de contracartografias simbólicas da resistência vegana ganha relevo, pois engloba práticas voltadas a mapear, no plano narrativo e cultural, as dinâmicas de exclusão, luta e resistência, transcendendo a noção restrita de mapas físicos para abarcar processos de visibilização e transformação dos sentidos.

Para abordar o veganismo nas perspectivas da espacialização e do ativismo, cabe citar Holmes (2008), que analisa práticas de contracartografia ativista capazes de intervir politicamente na experiência vivida e desafiar estruturas de poder por meio da redefinição de direções e sentidos. Para

o autor, é preciso ir além dos modelos tradicionais de pesquisa e ação, adotando uma postura crítica e criativa que promova novas compreensões e trajetórias políticas.

Assim, ao aplicar as ideias de Holmes (2008) ao campo do veganismo, pode-se afirmar que as zonas veganas se configuram como elementos de uma contracartografia crítica na medida em que produzem espaços de resistência onde as normatividades filosóficas e socioculturais do movimento vegano, sempre em processo de construção e ressignificação, são tensionadas, reavaliadas e renegociadas, sem, contudo, serem assimiladas pela lógica especista hegemônica.

Para aprofundar a compreensão dessas dinâmicas espaciais, é necessário distinguir conceitualmente espaços e lugares, cuja correlação, segundo Whitridge (2004), é de fundamental importância para a compreensão das práticas humanas e sociais. Segundo o referido autor, o “espaço” é concebido como uma dimensão abstrata, quantificável e mensurável, que muitas vezes serve como um panorama para atividades e interações; já o “lugar” assume uma dimensão mais significativa, onde as experiências individuais e coletivas se entrelaçam, conferindo um sentido emocional e cultural ao ambiente.

Entretanto, Whitridge (2004) menciona a noção de “toposemântica”, que revela como espaços e lugares podem ser semelhantes ao se considerar a forma como ambos são imbuídos de significados culturais ao longo do tempo. Embora o espaço tenha uma abordagem mais objetiva e quantificável, entrelaça-se ao lugar, carregado de significados subjetivos e emocionais. Essa intersecção permite uma análise mais rica e complexa da interação humana com o ambiente, ressaltando que tanto o espaço quanto o lugar são resultantes de práticas sociais e construções culturais. Pode-se dizer, ainda, que o referido autor não opera com um binarismo rígido entre “espaço” e “lugar”, tratando-os como dimensões co-constitutivas que se interpenetram ao longo dos processos de significação.

Os espaços veganos, sejam permanentes ou efêmeros, manifestam-se em residências, lojas, restaurantes, feiras itinerantes, encontros informais e intervenções urbanas, operando como lugares que desafiam e reconfiguram a espacialidade do consumo hegemônico e articulam práticas éticas e políticas dissidentes. Nesses nós de resistência, a materialidade desses espaços dialoga com a vivência vegana, impulsionando reterritorializações que afirmam identidades coletivas, promovem formas alternativas de sociabilidade e instigam modos inovadores de ativismo e resistência cultural.

Para entender como os espaços veganos promovem formas alternativas de sociabilidade e estimulam práticas de resistência, é necessário recorrer ao conceito de *habitus*, conforme proposto por Bourdieu (2007). O autor descreve o *habitus* como um conjunto de disposições duráveis e adaptáveis, que direcionam tanto as percepções quanto as ações dos indivíduos. Ele argumenta ainda que a afinidade entre *habitus* semelhantes leva ao reconhecimento mútuo entre os participantes, facilitando

a formação de “grupos primários”, como casais, amigos ou coletivos com valores e interesses comuns. Nesse contexto, essa abordagem ajuda a explicar por que pessoas com disposições antiespecistas tendem a convergir e a se agregar em espaços veganos, onde se reconhecem, consolidam laços de confiança e sustentam a continuidade de ações éticas que mantêm as iniciativas coletivas ali presentes.

A partir das discussões de Vargas e Paiva (2021), observa-se que o espaço urbano contemporâneo é intensamente estruturado pelas lógicas do setor terciário, em que o comércio, os serviços e o turismo atuam como vetores de transformação morfológica e simbólica das cidades, especialmente na era digital. A consolidação das plataformas de *marketplace* e a ascensão do consumidor como *prosumer* (produtor-consumidor que gera conteúdos, dados e retornos que retroalimentam os algoritmos) evidenciam a centralidade do consumidor como operador territorial e afetivo.

Comparando a perspectiva apresentada por Vargas e Paiva (2021) com a proposta deste artigo, percebe-se que, enquanto a arquitetura e os fluxos urbanos são redesenhados para reforçar práticas comerciais e experiências sensoriais voltadas ao capital, as zonas veganas surgem como contra-espços éticos, tanto físicos quanto simbólicos. Elas reconfiguram as dinâmicas espaciais, não apenas por meio de novos usos e estéticas, mas também por meio de uma crítica profunda à lógica de mercantilização da vida.

Seguindo a linha de Vargas e Paiva (2021), que descrevem “a cidade do consumo e o consumo da cidade”, pode-se propor uma resignificação nas espacialidades veganas: “a cidade do consumo ético e a ética do consumo da cidade”. Além disso, pode-se conceber “a cidade para o veganismo e o veganismo para a cidade”, onde todas as ações e hábitos humanos, incluindo o consumo, são reorientados para a vida, tanto de animais não-humanos quanto humanos, fundamentados nos princípios éticos de justiça, solidariedade e cuidado.

Com base na teoria de Foucault (2013), pode-se compreender esses territórios de resistência vegana como heterotopias. Segundo Foucault (2013, p. 116), as heterotopias são “lugares que estão fora de todos os lugares, embora sejam efetivamente localizáveis”, e a sociedade pode moldá-las para funcionar de maneiras variadas, mudando seu uso ao longo do tempo. Assim, os espaços ocupados pelos veganos, muitas vezes em meio a contextos predominantemente não-veganos, colocam em tensão as lógicas especistas do consumo hegemônico a partir de práticas antiespecistas, configurando lugares heterotópicos nos quais formas divergentes de habitar a Terra coexistem.

Nesse sentido, por analogia, os contra-espços veganos podem ser vistos como exemplos contemporâneos de heterotopias, onde as lógicas de consumo e exploração animal são subvertidas,

criando novas formas de convivência e resistência social. Essa dinâmica se manifesta na justaposição entre mercados convencionais e feiras veganas, entre restaurantes tradicionais e cozinhas experimentais, entre espaços de lazer convencionais e intervenções artísticas ativistas. Assim, esses locais operam como territórios simbólicos que, simultaneamente, refletem e contestam a geografia hegemônica do consumo.

Além disso, esses espaços funcionam como heterotopias que podem ser nomeadas como desvio, abrigando práticas que subvertem a norma social dominante. Foucault (2013, p. 117) descreve as heterotopias de desvio como um lugar “em que se alocam os indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à média, ou à norma exigida”. O veganismo, ao rejeitar a exploração animal, instaura uma lógica contra-hegemônica que ressignifica o consumo e desafia a normatividade especista.

As zonas veganas podem ser analisadas a partir da tríade espacial proposta por Harvey (2015): espaço absoluto, relativo e relacional. O espaço absoluto das zonas veganas se manifesta nas delimitações físicas, como restaurantes, feiras e mercados especializados, onde a materialidade do lugar é claramente definida. No entanto, esses espaços também operam de maneira relativa, pois suas práticas e fluxos de consumidores interagem com o mercado hegemônico, estabelecendo relações dinâmicas com os espaços de consumo convencionais.

O espaço vegano não é isolado, mas faz parte de uma rede maior de espaços que se influenciam mutuamente. Nesse contexto, as zonas veganas não apenas coexistem com os espaços convencionais, mas também entram em tensão e negociação com eles, à medida que se estabelecem novas formas de consumo que desafiam o modelo hegemônico de exploração animal. Essas zonas veganas não apenas propõem alternativas éticas diante do especismo, mas enfrentam um especismo que opera de forma estrutural, atravessando normas, políticas públicas e a própria produção do espaço urbano.

Mais profundamente, analisando sob a ótica de Harvey (2015), essas zonas se configuram como espaços relacionais, pois sua existência não se define apenas pela materialidade dos lugares, mas pelas conexões e significados atribuídos por seus participantes. O veganismo, ao propor uma ética antiespecista, reconfigura o espaço ao redor dos indivíduos, criando redes de sociabilidade que rompem com a lógica da exploração animal e do consumo tradicional. Nesse sentido, as zonas veganas se tornam lugares de resistência cultural, onde práticas alternativas de consumo e interação social ganham forma, moldando um novo entendimento sobre o espaço e seus significados.

A produção do espaço das zonas veganas pode ser analisada sob a ótica de Lefebvre (2000), que argumenta que cada sociedade cria seu próprio espaço, refletindo suas relações de poder, economia e cultura. Esses espaços não são neutros; são territórios disputados, nos quais diferentes

lógicas espaciais se sobrepõem. Nas zonas veganas, isso se traduz em um embate entre o espaço hegemônico do consumo especista e a construção de um contra-espaço, fundamentado pela ética antiespecista e pela reapropriação simbólica dos territórios.

Como Lefebvre (2000) sugere, a produção do espaço não é apenas um reflexo da estrutura econômica, mas também um campo de resistência e transformação. Assim, os espaços veganos não apenas respondem ao mercado, mas desafiam ativamente suas normas, criando novas possibilidades de apropriação e uso dos territórios, com base em práticas cotidianas que rompem com a lógica da exploração animal e do consumo tradicional.

As zonas veganas também podem ser compreendidas como Zonas Autônomas Temporárias (*Temporary Autonomous Zones*, TAZ), definidas por Bey (2003) como áreas transitórias onde emergem espontaneamente novas formas sociais, sem buscar uma permanência institucionalizada. Nesse sentido, tais zonas criam espaços de resistência efêmeros, escapando à cartografia hegemônica e aos sistemas tradicionais de controle.

Bey (2003) ressalta que, em vez de solidificarem-se institucionalmente, as TAZ visam momentos de autonomia vivida, onde novas formas de sociabilidade e organização emergem espontaneamente. Esses espaços não se limitam à geografia física, mas também ocupam territórios simbólicos e culturais, onde práticas contra-hegemônicas, como o veganismo, podem florescer sem imediata supressão pelo sistema dominante. Dessa maneira, ao operarem como TAZ, esses espaços desafiam as normas estabelecidas e esboçam um vislumbre de uma realidade alternativa, fundamentada na ética antiespecista e na reconfiguração das relações entre humanos, animais e o meio ambiente.

2.4 NÃO-LUGARES DE RESISTÊNCIA DOS VEGANOS

As zonas veganas emergem não apenas como espaços de resistência, mas também como territórios marcados pela exclusão e pela luta por reconhecimento, seja em espaços urbanos periféricos ou nas áreas de sofrimento animal, invisíveis à sociedade. Nesse contexto, pode-se explorar as dinâmicas desses “não-lugares”, concebidos por Augé (1994), como espaços de marginalização e resistência tanto na sociedade humana quanto nas fronteiras dos sistemas que exploram os seres não-humanos.

Por um lado, existe o chamado veganismo periférico, vivenciado por aqueles que lutam por alternativas éticas em contextos de escassez, invisibilidade social e segregação econômica. Por outro lado, encontram-se os lugares de sofrimento dos animais, como criadouros, matadouros, veículos de transporte, centros de experimentação animal e instalações industriais de confinamento, que operam

à margem da consciência pública, quase sempre invisíveis e sem valor simbólico. Esses locais, no entanto, desempenham um papel central na manutenção do *status quo* especista.

O entrelaçamento dessas duas dimensões, as periferias humanas e os “não-lugares de exploração animal”, forma um campo de resistência, onde as práticas veganas surgem como uma tentativa de subverter as lógicas de exploração e dominação, criando espaços de resistência emancipatória tanto para humanos quanto para não-humanos.

Entre os “não-lugares”, destacam-se os porões dos antigos navios negreiros, conforme analisa Ferdinand (2022). Esses espaços foram palco de extrema opressão e confinamento durante os períodos de colonização e escravidão. Dentro desses porões, as vidas negras enfrentavam condições desumanas, escravizadas por grilhões e privadas de liberdade. Esses locais não representavam apenas sofrimento, mas também simbolizavam a resiliência e a luta pela sobrevivência em um cenário de exploração intensa.

Ferdinand (2022) também ressalta como esses porões refletem a invisibilidade das trajetórias de resistência, de indivíduos que, mesmo em meio ao silenciamento, buscavam caminhos para afirmar sua identidade e reivindicar seus direitos. Essas narrativas, frequentemente relegadas ao esquecimento, são essenciais para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas.

Além disso, Ferdinand (2022) faz uma poderosa analogia ao considerar os úteros das mulheres negras como porões colonizados pelos homens brancos, ilustrando o controle exercido pelos colonizadores sobre a vida, a morte e a reprodução dos colonizados. Essa perspectiva revela a interseção entre gênero e colonialismo, destacando a profundidade da dominação imposta sobre os corpos e os destinos de comunidades inteiras.

A analogia aos porões e aos colonizados do passado é poderosa e permite novas correspondências com a realidade de hoje, como no caso da exploração dos animais. Vale deixar claro que ela é meramente exemplificativa; não mede sofrimentos, apenas revela a lógica comum de objetificação. Ao refletir sobre o período colonial, em que seres humanos eram legalmente tratados como propriedade, percebe-se que essa mesma condição jurídica, a redução a mercadoria, persiste hoje, agora aplicada aos animais, que continuam classificados em lei como comida e objeto de comércio.

Os animais classificados como “de consumo”, como bois e porcos, ainda enfrentam longas e insuportáveis viagens em navios, sem o devido cuidado e submetidos a intenso sofrimento. Reduzidos a mercadorias, são tratados como meros objetos de compra e venda, sem qualquer consideração por sua dor ou por sua existência singular.

A indústria leiteira constitui outro exemplo dessa exploração. As vacas, forçadas a uma reprodução contínua por inseminação artificial, têm seus úteros controlados e instrumentalizados para a reprodução. Os filhotes, geralmente retirados logo após o nascimento, muitas vezes são destinados ao mercado de *baby beef*, refletindo a lógica colonial de exploração e mercantilização de corpos. Assim, esses seres são reduzidos a meras mercadorias, desprovidas de alma ou identidade.

Essas práticas, observáveis tanto na experiência colonial quanto no presente, expõem um mesmo eixo de despersonalização e subordinação. O veganismo surge, aqui, como forma de resistência que busca romper tal dinâmica hegemônica ao afirmar o direito dos animais não-humanos à dignidade e ao respeito. Convém lembrar que diversas formas de discriminação e preconceito, originadas do especismo, antecedem o regime colonial, embora nele tenham encontrado terreno fértil para se intensificarem.

De acordo com Sueur (2019), o especismo corresponde à atribuição de valores e direitos desiguais conforme a espécie, instaurando uma hierarquia que concede prerrogativas aos humanos em detrimento dos demais animais. O termo, cunhado pelo psicólogo Richard D. Ryder em 1970, evidencia esses privilégios exclusivos e as segmentações arbitrárias entre animais não-humanos, como preferir abelhas a vespas ou consumir carne de porco enquanto se rejeita a de cão. Ainda segundo Sueur (2019), o viés especista ecoa preconceitos como racismo e sexismo, pois todos operam pela construção de fronteiras entre “nós” e “eles”, legitimando práticas de exclusão. Com base nesse enquadramento, pode-se compreender o ativismo vegano como contestação desse padrão ideológico.

Nos espaços urbanos, o ativismo vegano irrompe em intervenções artísticas: marchas, piquetes e ocupações simbólicas, bem como murais, instalações efêmeras e performances de rua, tornando palpável a violência estrutural infligida aos animais e convidando transeuntes a rever práticas de consumo naturalizadas. Já no ambiente digital, campanhas audiovisuais divulgadas por vídeos, imagens e relatos de abuso escancaram a realidade da indústria da carne, da vivissecção e dos maus-tratos na moda; ao fomentar debate e mobilizar a opinião pública, articulam o espaço virtual ao físico e conclamam a sociedade a realinhar valores e comportamentos.

Essas ações visam não apenas denunciar, mas também incentivar uma reflexão ética sobre as escolhas de consumo, propondo alternativas mais sustentáveis e respeitosas para com os animais. Ao se posicionarem contra o *status quo* especista, os veganos desafiam normas culturais e sociais, promovendo uma visão de mundo mais justa e compassiva, na qual os direitos dos animais são reconhecidos e respeitados.

Essa resistência vegana, que se manifesta tanto nas ações cotidianas quanto nas intervenções artísticas e sociais, pode ser compreendida a partir do conceito de território proposto por Haesbaert

(2023), que vai além das concepções de propriedade privada e soberania estatal. Para o autor, o território é um campo relacional, constantemente redefinido por interações sociais, políticas e culturais. É possível inferir, então, que assim como os grupos subalternizados reivindicam espaços para afirmar suas identidades e direitos, o veganismo, especialmente na sua versão periférica, também se configura como uma luta política e social, reterritorializando as relações entre humanos, animais e natureza.

Haesbaert (2023), ao discutir o conceito de território, enfatiza sua natureza relacional e dinâmica, moldada por interações sociais, políticas, culturais e econômicas que constantemente redefinem seus limites e funções. Para o autor, o território não é simplesmente uma delimitação física ou funcional, como na tradição eurocêntrica, onde é vinculado à propriedade privada e à soberania estatal.

Ao contrário, Haesbaert (2023) propõe que o território seja também uma construção simbólica e afetiva, fundamental para a resistência dos grupos subalternizados. Ele desafia a visão funcionalista tradicional e propõe uma abordagem mais ampla, onde o território se configura como um campo de luta política e social, refletindo as disputas de poder e identidade dentro de uma sociedade.

A ideia de território, então, não está restrita a uma concepção de controle físico ou material, mas se torna um espaço em constante transformação, através de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, envolvendo tanto as lutas de grupos hegemônicos quanto de grupos marginalizados. Esses grupos, ao reivindicarem o território, buscam não apenas a posse do espaço, mas também a afirmação de suas identidades, direitos e modos de vida. O território, portanto, é central para a luta por reconhecimento e emancipação, já que define as condições de existência de um grupo e o poder que ele pode exercer sobre seu espaço e seus recursos.

Ao relacionar esses conceitos com o veganismo periférico e o veganismo como resistência, pode-se perceber como o movimento vegano, especialmente nas suas formas mais periféricas e contestadoras, se encaixa perfeitamente dentro dessa visão de território como luta política e social.

O veganismo periférico, assim como outros movimentos sociais subalternizados, reivindica o território da ética e da consciência contra as práticas de exploração animal e a cultura do consumo especista. Nesse contexto, o território vegano não é apenas um espaço físico, mas um campo simbólico e afetivo onde as interações sociais, culturais e políticas acontecem de forma a redefinir as fronteiras do que é considerado aceitável ou legítimo dentro da sociedade.

As práticas veganas, ao questionarem a exploração animal, vão além da simples recusa ao consumo de produtos de origem animal. Elas representam uma resistência ao modelo hegemônico que

trata os animais como recursos e mercadorias, e buscam reterritorializar o espaço da vida e da natureza de uma forma mais ética e sustentável.

Assim, o território vegano é, muitas vezes, vivido e praticado em espaços que desafiam as normas dominantes, como mercados, feiras, restaurantes e até mesmo ações artísticas urbanas, onde a resistência e a reterritorialização acontecem de forma simbólica, subvertendo as normas de consumo e as dinâmicas de exploração animal.

Além disso, o território vegano não se limita a um espaço físico, mas é também um campo de identificação e reafirmação de valores. O veganismo periférico, ao se posicionar contra o *status quo*, desafia as fronteiras do especismo, propondo novas formas de convivência e respeito. Ele reterritorializa as relações sociais e culturais, criando um novo entendimento de vida e natureza, em que os animais são vistos como sujeitos de direitos, e não como objetos de consumo ou exploração.

Essa noção de território, como uma construção relacional e simbólica, é crucial para entender o movimento vegano, pois ele se insere nesse campo de luta contínua, onde as fronteiras e as identidades estão em constante negociação. O território vegano é, portanto, um espaço de resistência onde se redefine a relação entre humanos, animais e natureza, propondo uma nova ordem ética e social, desafiando o modelo hegemônico especista que domina a sociedade contemporânea.

Conforme Foucault (2013) propôs em sua teoria das heterotopias, os espaços de resistência existem fora das normas sociais e culturais dominantes. Essas ideias podem ser relacionadas às zonas veganas, que se configuram como espaços de resistência dentro dessa perspectiva. Quando expressa por meio de práticas periféricas, a resistência vegana reconfigura as dinâmicas sociais e culturais, posicionando-se contra um sistema que oprime tanto os animais quanto as comunidades marginalizadas.

Além disso, com base na argumentação de Lefebvre (2000) sobre a produção do espaço, pode-se afirmar que as zonas veganas não são apenas reflexo de uma estrutura econômica, mas também espaços que geram novas formas de sociabilidade e práticas culturais que contestam as normas estabelecidas.

Portanto, o território vegano se apresenta como um campo simbólico e relacional, que reconfigura a interação entre humanos, animais e o meio ambiente, desafiando a ordem hegemônica especista que predomina nas sociedades contemporâneas. Esse movimento, que transcende as questões alimentares, aponta para o surgimento de novas formas de convivência, mais justas e sustentáveis.

O veganismo periférico, ao se afirmar como um movimento contra-hegemônico, não se limita à crítica às estruturas de poder, mas propõe uma transformação radical nos modos de vida e nas

interações humanas. Ao desafiar o modelo especista que hierarquiza seres vivos com base em sua utilidade para o homem, o veganismo oferece uma oportunidade para reconstruir as relações entre humanos, animais e o meio ambiente.

Em um mundo onde as fronteiras entre as diferentes formas de vida e seus direitos continuam a ser disputadas, as zonas veganas surgem como espaços representativos de uma nova ordem ética e social, onde a interdependência e o respeito à vida são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

3 DISCUSSÃO

O conceito de Plantationoceno, apresentado por Ferdinand (2022), descreve a lógica agrária colonial que transformou terras e corpos em capital, instaurando monoculturas sustentadas pelo trabalho escravizado e pela degradação socioambiental. Essa herança segue orientando a “coisificação” dos animais criados para consumo; enfrentar o especismo, portanto, significa desfazer as continuidades coloniais que naturalizam a redução de vidas a simples recursos produtivos. Trata-se, portanto, de um fenômeno estrutural, transversal a múltiplas dimensões da vida social, cuja superação demanda transformações profundas nos modos de organização, representação e apropriação do espaço e dos corpos.

Como resposta a esse legado, o veganismo reterritorializa o espaço por meio de zonas veganas, físicas ou simbólicas, duradouras ou efêmeras, que subvertem a espacialidade dominante. O conceito foucaultiano de heterotopia (Foucault, 2013) e a ideia de Zona Autônoma Temporária desenvolvida por Bey (2003) oferecem lentes adequadas para compreender como esses lugares veganos suspendem fluxos de exploração, enquanto os “não-lugares de exploração animal” permanecem como lembretes de uma violência sistematicamente velada.

Práticas alimentares e a moralização do consumo criam vínculos coletivos capazes de desafiar padrões culturais e econômicos, além de reduzir a pegada ecológica individual, conforme Franco e Batista (2024, 2025). Cada espaço vegano, assim, converte-se em foco socioambiental de resistência, articulando justiça ecológica com ética interespecies, deslocando circuitos de mercado e ressignificando corpos humanos e não-humanos.

O movimento redefine o espaço em três planos: absoluto, relativo e relacional, categorias formuladas por Harvey (2015), e confirma a tese de Lefebvre (2000) de que o espaço é produzido socialmente em campos de resistência e transformação. À luz das contribuições espaciais de Harvey (2015) e Lefebvre (2000), este estudo identificou que a ética vegana articula-se em quatro eixos essenciais: ampliação da justiça moral a todos os seres sencientes, recusa sistemática da exploração

animal, reconhecimento da interdependência ecológica, e moralização crítica das práticas sociais e de consumo. Ao aplicar esses esquemas analíticos ao veganismo, evidencia-se que recusar o especismo projeta uma sociabilidade guiada por justiça e sustentabilidade estendidas a todos os animais.

Conforme Horta e Albersmeier (2020), o especismo consiste na consideração ou tratamento comparativamente pior e injustificado de indivíduos por serem classificados como não pertencentes a uma determinada espécie, independentemente do contexto econômico, cultural ou histórico. À luz de Weber (2004), preceitos éticos orientam condutas de vida, instituindo rotinas, disciplina e critérios de legitimidade que reconfiguram práticas cotidianas e econômicas. Nessa perspectiva, uma ética antiespecista pode operar como orientação de vida que racionaliza escolhas e hábitos, como tornar-se vegano, convertendo convicções morais em práticas metódicas socialmente reconhecíveis. Dessa maneira, a expansão do veganismo contribui para formas de convivência menos atravessadas por discriminações, recolocando o debate na esfera da justificação moral, para além de justificativas estritamente socioeconômicas.

A centralidade ética conferida aos seres sencientes, conforme Singer (2015), confere ao veganismo uma autonomia filosófica que não depende da fusão com outras agendas sociais. Contudo, mesmo enquanto ética autônoma, o combate ao especismo reverbera além de si, desafiando as bases ideológicas que sustentam diversas formas de opressão. Nesse contexto, o veganismo pode construir alianças estratégicas com pautas antirracistas, feministas, ambientais e outras lutas emancipatórias humanas, desde que tais parcerias não relativizem a urgência e o foco central na recusa à exploração animal. Assim, o movimento propõe um diálogo horizontal e construtivo com agendas interseccionais, sem se instrumentalizar ou subordinar a demandas exclusivamente humanas.

Para pensar a invisibilidade dos espaços de abate e exploração, recorre-se aos conceitos de lugares e “não-lugares” de Augé (1994); embora aplicados originalmente a outro contexto, eles ajudam a entender como os espaços de exploração animal (como matadouros, granjas, fábricas e laboratórios) permanecem fora do campo sensível, perpetuando a objetificação dos animais, enquanto lugares veganos ressignificam rotinas de compra, preparo e partilha. Por meio das vivências e do ativismo, visibilizar territórios éticos e “não-éticos” amplia a consciência coletiva sobre modos de vida éticos e espaços com violências naturalizadas.

Quando lugares veganos e “não-lugares de exploração animal” instalam-se em periferias urbanas, evidencia-se que o território não constitui unidade fixa, mas trama de disputas e acolhimentos; nesse sentido, a leitura relacional de Haesbaert (2023) serve como lente para apontar a periferia como espaço de territorialidades múltiplas e híbridas, onde fronteiras socioeconômicas que separam grupos humanos estendem-se também aos demais animais. Forjar solidariedades que

atravessam espécies reforça, assim, o caráter interseccional do movimento vegano, sem que se perca a centralidade na libertação animal.

Ao articular a tríade espacial de Harvey (2015), a produção do espaço em Lefebvre (2000), as heterotopias de Foucault (2013), as Zonas Autônomas Temporárias de Bey (2003) e o território relacional de Haesbaert (2023), o veganismo vai além da ética pessoal e converte-se em prática concreta de reorganização cotidiana. Suas zonas, físicas ou simbólicas, operam como contra-espços que transformam resistências locais em mudanças estruturais, instaurando novas sociabilidades e circuitos econômicos antiespecistas.

A espacialização do veganismo manifesta-se, em um primeiro plano, no cotidiano e, ao reorganizar práticas e relações no espaço vivido e nos circuitos de consumo, interfere em rotinas locais (Certeau, 1994; Harvey, 2015; Lefebvre, 2000). Em um segundo plano, surge em ações intencionais, como ativismos e ocupações, que criam zonas de contestação e instauram novos sentidos para o espaço (Bey, 2003; Foucault, 2013). Em um terceiro plano, na esfera digital, amplia sua territorialidade ao disputar narrativas e reconfigurar o espaço simbólico (Holmes, 2008; Vargas e Paiva, 2021). Esses eixos, articulados, evidenciam a multiplicidade de territorialidades que atravessam o veganismo contemporâneo (Haesbaert, 2023). A transformação ético-política decorrente do modo de vida vegano reterritorializa fluxos de alimentos, trabalho e afetos; fortalece identidades individuais e coletivas; reúne pessoas por afinidade ética; e redefine espacialidades cotidianas, favorecendo convivências interespecies baseadas em solidariedade e respeito mútuo.

Argumenta-se, neste trabalho, que ao reconfigurar espacialidades, redefinir práticas de consumo e evidenciar o especismo como raiz de múltiplas discriminações, o veganismo emerge como força cultural transformadora, abrindo horizontes de justiça socioambiental e convivência interespecies, deslocando economias baseadas na exploração animal e questionando paradigmas convencionais de desenvolvimento. No horizonte normativo adotado neste trabalho, reconhece-se a diversidade de cosmologias descritas pela antropologia; ainda assim, o consumo de animais permanece uma forma de especismo, independentemente do enquadramento cosmológico, por subordinar vidas não-humanas a interesses humanos. Embora sejam reconhecidas as mortes acidentais na agricultura, isso não relativiza a centralidade ética do veganismo, cuja prioridade permanece eliminar a exploração sistemática e intencional dos animais, em especial daqueles dotados de sentiência.

Reconhecendo os limites e potencialidades desta análise teórico-conceitual, ressalta-se que o presente artigo não busca exaurir a dimensão empírica do veganismo, mas oferecer um arcabouço

analítico para investigações futuras, especialmente aquelas que se debrucem sobre vivências concretas e experiências em contextos urbanos e digitais.

4 CONCLUSÃO

O veganismo configura-se como um movimento sociocultural-identitário, ético-político e espacial que desafia o especismo estrutural, transformando dinâmicas sociais, culturais, ambientais e de poder. Mais do que escolhas alimentares ou hábitos de consumo, representa uma reinvenção do cotidiano orientada pela resistência cultural. Ao questionar normas hegemônicas e promover a moralização do consumo e do *habitus*, o veganismo constrói espaços antiespecistas de convivência que valorizam todas as formas de vida, ampliando justiça social e sustentabilidade ambiental. Ao combater o especismo, estrutura fundamental e raiz de outras formas de discriminação, evidencia também o enfrentamento das continuidades coloniais expressas no conceito de Plantationoceno, fortalecendo causas emancipatórias. Ainda que o veganismo tradicional rejeite uma interseccionalidade horizontal plena, o movimento pode estabelecer alianças táticas com outras lutas, desde que mantenha a centralidade de seus princípios ético-filosóficos.

Diante do exposto, este artigo constitui um convite à reflexão crítica e à ação, compreendendo o veganismo como resistência cultural, social e política que produz novos espaços e reconfigura as relações socioculturais e espaciais da vida cotidiana. Ser vegano vai além de renunciar ao que se come ou se veste; trata-se de uma escolha coerente e consciente sobre como se vive e com quem se escolhe compartilhar o mundo. Essas escolhas redefinem a relação com o mundo vivido e revelam novas formas de pertencimento territorial. Adotar o veganismo, assim, significa instaurar um novo paradigma de coexistência, fundamentado no respeito à vida e no compromisso com um futuro mais justo, sustentável e equitativo para todas as espécies.

Este trabalho atendeu ao objetivo de compreender como o veganismo, enquanto força transformadora, se manifesta e reconfigura espaços físicos e simbólicos. Foram identificadas zonas veganas como heterotopias críticas que desafiam a normatividade especista; demonstrou-se que a disputa de narrativas no ambiente digital constitui vetor indispensável de territorialização ética; e foi proposta uma análise integrada das escalas cotidiana, política e simbólica. Ao articular a perspectiva da antropologia espacial e evidenciar territorialidades dissidentes, como heterotopias (Foucault, 2013) e Zonas Autônomas Temporárias (Bey, 2003), este estudo mostra como o movimento ressignifica símbolos e valores cotidianos, ampliando o entendimento da dimensão espacial e sociocultural das práticas antiespecistas contemporâneas. Essas reflexões evidenciam a necessidade de investigações etnográficas sobre o impacto dessas zonas na transformação de economias e sociabilidades locais.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne: uma teoria feminista-vegetariana**. São Paulo: Alaúde Editorial, 2018.
- ANDA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE DIREITOS ANIMAIS. **Manifesto pelos animais ou porque sou contra a interseccionalidade**. 4 dez. 2015. Disponível em: <https://anda.jor.br/2015/12/04/manifesto-animais-interseccionalidade>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994. (Coleção Travessia do Século).
- BEY, Hakim. **The Temporary Autonomous Zone, Ontological Anarchy, Poetic Terrorism**. 2. ed. Brooklyn, NY: Autonomedia, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Inês A. D. Barbosa. São Paulo: Edusp, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DE BOO, Jasmijn; HOUSE, D. W.; CALVERT, S. Ripened by human determination: 70 years of The Vegan Society. **The Vegan Society**, p. 1-17, 2014. Disponível em: <https://www.vegansociety.com/sites/default/files/uploads/Ripened%20by%20human%20determination.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- FRANCO, Annibal Gouvêa; BATISTA, Melissa Marcílio. ESG e veganismo: integração das práticas sustentáveis à cadeia produtiva. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 09, ed. 05, vol. 01, p. 96-109, maio de 2024. ISSN 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/meio-ambiente/esg-e-veganismo>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- FRANCO, Annibal Gouvêa; BATISTA, Melissa Marcílio. O veganismo como fenômeno cultural e identitário: uma perspectiva antropológica. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 12478-12495, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3852>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- FOUCAULT, Michel. De espaços outros. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68705>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- HAESBAERT, Rogério. Território. **GEOgraphia**, Niterói, v. 25, n. 55, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.uff.br/geographia/article/view/61073>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **Em Pauta**, v. 13, n. 35, p. 126-152, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/18625>. Acesso em: 30 abr. 2025.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

HOLMES, Brian. **Activist Research**. Continental Drift, 17 mar. 2008. Disponível em: <https://brianholmes.wordpress.com/2008/03/17/activist-research/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

HORTA, Oscar; ALBERSMEIER, Frauke. Defining speciesism. **Philosophy Compass**, v. 15, n. 11, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/phc3.12708>. Acesso em: 30 abr. 2025.

JOY, Melanie. **Powerarchy: understanding the psychology of oppression for social transformation**. Oakland: Berrett-Koehler Publishers, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira; Sérgio Martins. Tradução da 4ª ed. francesa: Éditions Anthropos, 2000; 1ª versão: fev. 2006. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefevre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2004 [1964]. Mitológicas, v. 1.

MACE, Jenny L.; McCULLOCH, Steven P. Yoga, ahimsa and consuming animals: UK yoga teachers' beliefs about farmed animals and attitudes to plant-based diets. **Animals**, v. 10, n. 3, p. 480, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-2615/10/3/480>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MATHENY, Gaverick. Least harm: a defense of vegetarianism from Steven Davis's omnivorous proposal. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, v. 16, n. 5, p. 505-511, 2003. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1026354906892>. Acesso em: 14 jun. 2025.

NIBERT, David A. **Animal oppression and human violence: domesecration, capitalism, and global conflict**. New York: Columbia University Press, 2013.

OPENAI. **ChatGPT (versão GPT-4)**. San Francisco: OpenAI, 2025. Disponível em: <https://chat.openai.com>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SINGER, Peter. **Animal liberation: the definitive classic of the animal movement**. Rev. ed. New York: HarperCollins, 2015.

SPENCER, Colin. **Vegetarianism: a history**. London: Grub Street, 2016.

SUEUR, Cédric. Speciesism, anti-speciesism and animal rights. **Flash eNews: the EAAP Newsletter**, n. 167, 2019. Disponível em: <https://hal.science/hal-03820300/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

RYDER, Richard D. Speciesism again: the original leaflet. **Critical Society**, v. 2, n. 1, p. 2, 2010. Disponível em: <https://www.veganzena.org/wp-content/uploads/2013/02/Speciesism-Again-the-original-leaflet-Richard-Ryder.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

THE VEGAN SOCIETY. **Definition of veganism**. 2025a. Disponível em: <https://www.vegansociety.com/go-vegan/definition-veganism>. Acesso em: 30 abr. 2025.

THE VEGAN SOCIETY. **Memorandum and Articles of Association**. 2025b. Disponível em: <https://www.vegansociety.com/about-us/further-information/memorandum-and-articles-association>. Acesso em: 30 abr. 2025.

VARGAS, Heliana Comin; PAIVA, Ricardo Alexandre (orgs.). **Terciário, arquitetura e cidade na era digital: permanências e transformações**. Fortaleza: SEBRAE; Expressão Gráfica e Editora, 2021.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. Edição de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHITRIDGE, Peter. Landscapes, houses, bodies, things: “place” and the archaeology of Inuit imaginaries. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 11, p. 213-250, 2004. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/B:JARM.0000038067.06670.34>. Acesso em: 30 abr. 2025.